

ENSAIO TEÓRICO

Pequeno livro do desassossego sociolinguístico

Emilio Gozze PAGOTTO 

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

RESUMO

O episódio da mesóclise cometida pelo Ex-Presidente Michel Temer no seu discurso de posse é o ponto de partida para pensar a relação entre as categorias tradicionais por meio das quais se trabalha o significado social no campo da sociolinguística – como prestígio ou identidade – e a dimensão política da linguagem. A hipótese central é a de que categorias tradicionais da sociolinguística não são suficientes para explicar os efeitos de sentido presentes no uso da colocação pronominal na fala do presidente. De fato, é preciso lançar mão dos efeitos de memória incrustados nas construções sintáticas, e para explicá-los é necessário voltar à crise normativa do final do século XIX, que coincide com a instauração do regime republicano no Brasil. Nesse sentido, é notável como a colocação pronominal emerge em vários momentos significativos da história do Brasil, como um sintoma fundamental da relação entre ordem e desordem, bárbarie e civilização, nos nossos projetos de nacionalidade.

ABSTRACT

The episode of mesoclitic clitic placement in the Former President Michel Temer inauguration discourse is the point of departure to a reflection about the relationship between traditional sociolinguistic social meaning – like prestigious, or self-identity – and political dimension of language. The basic assumption made here is that the traditional sociolinguistic categories are not sufficient to explain the way the presidential use of clitic placement do works. Moreover, it is necessary take in place the memory effects attached to such syntactic structures and for explaining them, it is necessary to come back to XIX century linguistic normative crisis that coincides with the establishment of republican system in Brazil. It is



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Evandra Grigoletto (UFPE)
- Bethania Mariani (UFF)
- Gian Luigi de Rosa (UNIROMA)

AVALIADO POR

- Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP)
- Gian Luigi de Rosa (UNIROMA)
- Phellipe Marcel da Silva Esteves (UFF)

DATAS

- Recebido: 27/10/2020
- Aceito: 25/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Pagotto, E. G. (2020). Pequeno livro do desassossego sociolinguístico. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 331-347, 2020.

remarkable that clitic placement emerges in many significant moments in Brazilian history, as a symptom of crucial relationship of order and disorder, barbarism and civilization, in our projects of nationality.

PALAVRAS-CHAVE

Sociolinguística. Colocação Pronominal. Norma culta. Português Brasileiro.

KEYWORDS

Sociolinguistics. Clitic Placement. Standard Language. Brazilian Portuguese.

Destampando a pandorga

Por que então? Por que devo ser capaz de dizer meu tempo, nosso tempo, se tantas diacronias se digladiam pelo controle do agora?

Há uma massa imensa que se transforma em outra, toda ela toda, de uma vez, mas não é massa una, toda feita de fractais pastosos que é; mas se transforma em outra, se repõe em outros termos, quer se romper, deixar de significarmos uns aos outros como até então significávamos. Repor o antigo, mas sendo outra. Tristeza é não poder dizer tudo isto, fazer fazer sentido, no emaranhado de formas que às vezes soam translúcidas como em pautas musicais diatônicas, formas correndo paralelas, como estrelas num céu ajardinado por um Burlesco Marx neoclássico. Às vezes não, algaravia das medinas periféricas e ebullientes das nossas cidades, de onde vem o som radical, o corpo radical, a música radical, e a fatalidade de morrer inutilmente.

Tudo muito rápido pra eu me poder atento. Eu de dentro da besta-fera em que nos tornamos o caldo mais amargo e mais acidulento, capaz de corroer nossos estômagos empanturrados de gordura não trans- que trans é pecado. Tudo muito rápido, irredutível a esqueminhas *power ranges* de dentes no bruxismo das nossas noites de não dormir e de pesar cabelos empapados do suor desesperado dos que já sonharam.

Então, quede a língua e suas formas, seus sons carregados da estereotopia mais rasgada de caipiras sertanejos universitários descolados em suas calças apertadas de esbugalhar suas vergonhas encobertas; de baianos indolentes sacolejando carnavais pantagruélicos; de cariocas evangelizados pela boa-nova antigilbertiana? Quede a língua? A língua que sacoleja nos ombros das multidões despidoradamente dentadas e bem-nascidas e seu patriotismo de ocasião; no universo paralelo dos videozins memezoides que os tios assanhados escolheram pra chamar de seu espaço onisciente de clarividência; mas também no pancadão – orgiaco e libertador, fazendo estremecer os ossos mais

brochados; nos templos salomônicos e nos mirrados quadrados de azulejo até o teto, onde a fé descobre que pode mover poderes...

A língua se dobra também, se deixa afiar em facas grosseiras que rasgam mais que cortam, mais bordunas que adagas, e ferem, e ferem, ferem... a língua ensanguentada, poesia torpe de si mesma, poesia impossível. A língua mente também...não, não mente, é só o seu eterno deslize, tobogã de multipistas em que caímos todos – uns mais do que outros...

Devaneio. Sei. E pode ser diferente? Existe sã consciência que me permita seguir os ditames do possível desejável e alinhar de forma cristalina e transparente (trans não pode. É proibido. Parente pode.) a forma da língua (seus fonemas, seus morfemas, suas estruturas sintáticas tomados sociolinguisticahistoricamente)? Isto é, é possível dizer esse tempo nosso, não pela faca dos sentidos dos enunciados mas pelas agulhas e alfinetes das formas linguísticas – que não ferem menos, não mentem menos, mas de um modo diferente?

Então, é o que segue. Ou quereria ser. Vai ser assim, pra quem quer âncora: de tema, nossa relação pela língua, tomada aqui a tensão entre saberes normativos e língua fluida. Esse é o ponto, a mirada, o pato (ops!) a ser abatido. Aí a gente costura com o presidente de mãos melífluas e com o outro, de botas nas mãos (do fundo do coração, sem juízo de valor que extrapole o óbvio. Ando tão cansado...) e com o outro, óculos sapiensoides e bigode hitlerista de filme de comédia, e com outro, sábio da República nascente, lente luminar que brilha como águia fulgurante de Haia... aiaiai.

1. Proclítico ou enclítico, o clítico político (e mesoclítico!)

A cena é aquela da entronização meio atabalhoada do governo interino.

O cenário é o salão nobre do Palácio do Planalto. Um enorme entourage cerca o agora então presidente interino, Michel Temer, dirigindo a sua primeira fala à nação e às Instituições. Há um certo clima de festa decadente, ainda que contida. Parlamentares e outras autoridades se acotovelam gentilmente, centenas de metros de tecido brilhoso dos ternos e gravatas sobriamente ululantes.

As mãos do presidente. Melífluas, autoacariciantes, mas com um quê de mãos de vilão de filme mudo, cobertas com uma fina camada de suor delicadamente engordurado. Lá pelas tantas, no esforço hercúleo para emanar autoridade, sapecou:

Mas eu quero fazer uma observação. É que nenhuma dessas reformas alterará os direitos adquiridos pelos cidadãos brasileiros. Quando menos fosse, sê-lo-ia pela minha formação democrática e pela minha formação jurídica. (Discurso de posse de Michel Temer como presidente interino. 12/05/2016 - 7:43" Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4-oLVLqNJVI>)

Quem se dispuser a rever a cena perceberá que há uma pequena pausa antecedendo a sentença: *sê-lo-ia pela minha formação democrática e pela minha formação jurídica*. Teria premeditado o uso da construção, ou se deu conta na hora ele, que a julgar pelas gravações em horários escusos fora

da agenda, detém enorme controle sobre os gestos enunciativos? Eu juraria que, como um adolescente que marca sua identidade de grupo nos trabalhos de Penelope Eckert, o presidente interino realiza um ato de fala sociolinguístico, com um quase imperceptível riso de canto de boca.

Para quem não lembra – a velocidade desses últimos anos está nos transformando em desmemoriados funcionais (questão de sobrevivência) – a mesóclise ressoou sobranceira diante do mar da gentalhada amorfa anterior, de que o novo presidente buscava se distanciar, lustrando a fala com o sopesamento grave dos enunciados, sacrificando o calor da retórica em prol da contenção consequente que a gravidade do momento exigia.

Menos de um mês depois, pespegou outra dessas construções, numa reunião ministerial, com a presença de representantes do Legislativo. Esta é a transcrição da Agência Brasil:

Não temos compromisso com equívoco. Portanto, quando houver algum equívoco governamental, nós reveremos este fato. Eu ouvi que o "Temer está muito frágil, coitadinho, não sabe governar". Conversa. Eu fui secretário da Segurança Pública duas vezes em São Paulo e tratava com bandidos. Então, eu sei o que fazer no governo e saberei como conduzir. Quando eu perceber que há um equívoco, se o fizer, consertá-lo-ei, afirmou. (Fala do Presidente Interino Michel Temer em reunião ministerial em 24/05/2020. Fonte: <https://agenciabrasil.abc.com.br/politica/noticia/2016-05/nao-temos-compromisso-com-equivoco-diz-temer> acesso em 10/09/2020)

A gravação, resgatável na *big mother* mostruário da internet, permite uma percepção mais clara das sutilezas enunciativas contidas nos enunciados. Retomo a íntegra da gravação a partir do último enunciado acima:

Quando eu perceber que há um equívoco (a expressão facial muda para um sorriso contido. O dedo indicador faz um movimento de ida e vinda, apontado para baixo) ... conserta-lo-ei – As pessoas não gostaram muito (risos roucos e contidos) do elo// do lo-ei. Mas consertá-lo-ei. (risos) Quer dizer. Não há, né? ... De modo que (risos). Eu falei assim quase solenemente, mas apenas para revelar aos senhores a importância deste momento que nós estamos vivendo :: no país, né? E volto a dizer: não há – sem embargo de quererem a a... apontar-me como alguém que muda de posição...Ao contrário! Nós temos que perceber que isto é fruto do diálogo. Este será o governo do diálogo, não é? E é isto que eu espero dos senhores. (Fala do Presidente Interino Michel Temer em reunião ministerial em 24/05/2020. 26'04". Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=wal_d5puV8A.)

Tomei a liberdade de acrescentar alguma pontuação convencional, para deixar mais fluida a leitura, e indico o mínimo necessário da descrição da cena. Naquele momento, o presidente interino estava sendo acusado de certa tibieza, havia o risco de o país perder o rumo claro. O trecho em questão (pode-se dizer, o discurso como um todo) é eivado de polifonia: as vozes que o acusam de fraqueza aparecem relatadas tanto em discurso direto livre, como em discurso indireto. Aliás, a imprensa relatou, desse pronunciamento, os dois tapas que o presidente de mãos aveludadas dera na mesa (conferir, por exemplo, editorial do jornal *Folha de São Paulo* de 29/05/2016.), ou seja, os tapinhas na mesa também eram dialógicos.

Indo para o plano das formas, aqui, a mesóclise é abertamente polifônica. Mesmo o presidente, tão contido, não resiste à força do próprio chiste sociolinguístico. Há uma sequência de enunciados metalinguísticos tematizando a forma da fala: *As pessoas não gostaram muito do elo* (aqui o ato falho

da segmentação fonológica equivocada da mesóclise) /lo-ei. *Eu falei assim solenemente...* Dá pra ficar navegando nas múltiplas interpretações e funcionamentos discursivos (tipo: o que o **mas** está fazendo em *Mas conserta-lo-ei?*). Prato cheio para os analistas do discurso.

Imagine que o atento leitor já tenha percebido: é uma mesóclise que tematiza aquela do discurso da posse como interino, ambas, por sua vez, tematizando a ruptura que se deseja com o governo afastado. Podemos desdobrar essa análise em aspectos que podem ser importantes para o modo como o funcionamento sociolinguístico está sendo tomado aqui. De um lado, obviamente, as formas linguísticas se digladiam num eixo que se pode chamar de popular x erudito ou formal x informal ou escolarizado x não escolarizado. São categorias usadas na descrição sociolinguística que visam a captar a ação do funcionamento social sobre a variação e mudança linguística. De outro lado, temos claramente a apropriação das formas – no caso, a colocação pronominal – pela dimensão política – entendida aqui não como política partidária, mas como ação de forças ideológicas no interior da sociedade que opera na constituição de grupos de poder que se apropriam da nacionalidade e da ordem social.

Ou, por outra: por que a mesóclise permite isso?

O que nos leva ao logotipo e ao slogan do governo que se inicia. “Governo Federal: Ordem e Progresso”.

Outra cena (tempos velozes, capítulos de novela em ritmo de compacto com melhores momentos). Não deixava de ser irônico: o presidente interino vinha a público dar alguma satisfação sobre denúncias de corrupção.



FIGURA 1 – Logotipo adotado pelo governo do presidente Michel Temer.

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1771597-marca-do-governo-temer-foi-escolhida-por-michelzinho-seu-filho-de-7-anos.shtml?origin=folha>

Ao fundo, o logotipo do novo governo, que, segundo a crônica jornalística, havia sido escolhido pelo filho mais novo do presidente interino, que, passando pela sala onde se discutia o futuro da

república, teria exclamado: Que bonito! – o globo da bandeira, como um sonho de valsa azulado sobre a palavra BRASIL, que me lembrou imediatamente uma charge do começo do século XX. O dístico, ode à escrita da república positivista, como mensagem cifrada aos 82% de analfabetos do país recém refundado.

Fui checar. O que trouxe a lembrança foi a esfera – o círculo azul da bandeira transformado em esfera. Hoje, imprensando o Brasil em letras; lá, esmagando os brasileiros – materializados na figura do Zé Povinho - levados a carregar nas costas as grandes figuras República, que já nascia paquidér-mica de corrupção e injustiça.



FIGURA 2- Capa da revista O Malho, 12/11/1904.

Fonte: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=3630>

E esse é um ponto importante: nada de novo sob o sol sociolinguístico. Mas mais que mera repetição. Nada se repete na sua inteireza, se desloca. Fora da história não há sociolinguística, sempre é bom lembrar o óbvio, lembrando o admirável conservador que trouxe para o centro da cena, como personagem central, sua excelência, o óbvio ululante. O mesmo e a sua reificação ressignificada.

A ironia é que, na caricatura antiga, a crítica áspera à nova forma de governo que se iniciava talvez hoje motivasse processo com base na Lei de Segurança Nacional – por impatriotismo. (E um ato falho fez a bandeira do presidente interino com 22 estrelas – bandeira dos anos 1960, ao invés das 27 de hoje. Quanta coisa dizendo...).

É preciso voltar à mesóclise, que fala juntamente com o slogan e o símbolo do governo: “ordem e progresso” + mesóclise + esfera azul de estrelas oprimindo o Brasil. Nas minhas inquietações, há algo que me assombra e não consigo explicar: por que a posição dos clíticos emerge quando a política do país é posta em xeque? Por que, nas turbulências que obscurecem o jogo pelo controle do jogo, a posição dos clíticos – próclise, ênclise ou mesóclise? – sobe à superfície dos discursos como um problema ou uma solução que não é rima?

Exagero? Jânio Quadros e suas frases de oblíquos ribombantes; Rui Barbosa e a longa lista de acusações clíticas na polêmica pela aprovação do Código Civil. De onde vem essa nossa obsessão clítica? O Presidente de mesóclises aveludadas e seu bombom serenata azulado não fala a partir do nada. E os valores que governam a sociolinguística rasa de seus propósitos e comentários estão muito mais fortemente enraizados nas nossas entranhas do que se pode supor.

Vamos aos dados. Cassino liberado.

2. O Rio civiliza-se!

Corria o ano de 1904. O prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, remodelava a golpes de marretas a cidade, botando abaixo os casarões da elite passada, convertidos em cortiços objeto da curiosidade mórbida da literatura naturalista, para abrir avenidas e bulevares inspirados na capital francesa.



FIGURA 3 – Rua da Carioca, Rio de Janeiro, em obras – Augusto Malta 31/01/1906

Fonte: *Memória da destruição*. Prefeitura do Rio de Janeiro. 2002.



FIGURA 4 – Avenida Central e o Teatro Municipal. Marc Ferrez, 1909

Fonte: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2586>

O jornalista Fernando Pimentel, que se ocupava de notas mundanas, ao que tudo indica, cria um slogan que acompanhará o período: “O Rio civiliza-se!”. O slogan pegou, sendo reproduzido em

publicações diversas. A República e seus intelectuais vinham buscando colocar o Brasil nos trilhos da civilização, realinhando a nação nascente à linha europeia. É preciso civilizar, criar um povo, alfabetizá-lo e, quando isto for possível, dar-lhe direito de escolha. Afinal, não se faz uma civilização apenas satisfazendo vontades.

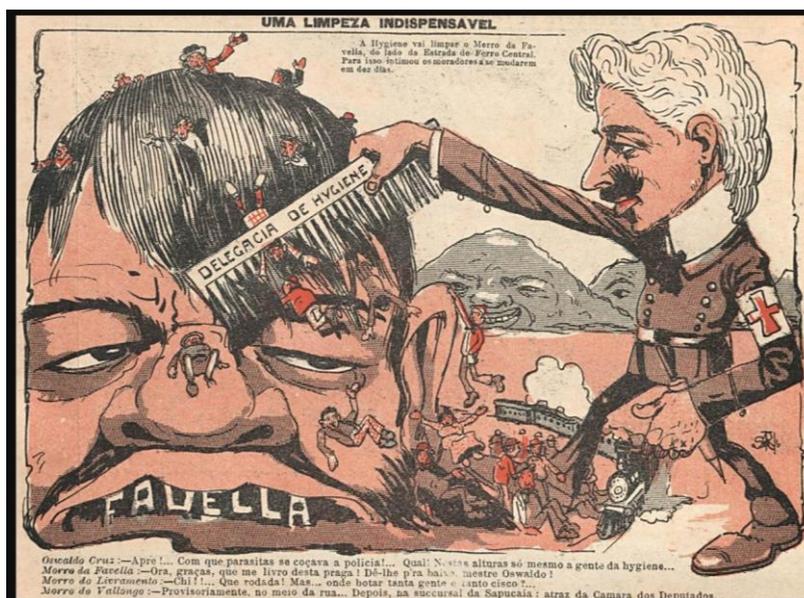


FIGURA 5 – Revista *O Malho*, 8/06/1907.

Fonte: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=9446>

Em novembro do mesmo ano eclode a Revolta da Vacina, clímax das medidas sanitárias que buscavam livrar a cidade do Rio de Janeiro da febre amarela e outros males. Era preciso sanitizar a urbe porcalhona criadouro de endemias que nos envergonhavam, como se ainda jogássemos pela janela as águas dos urinóis e usássemos os tristes tigres escravos a recolher os dejetos dos sobrados e lançá-los ao mar, nas praias. Um absurdo... A vacinação se tornara obrigatória, a visita às casas pobres a fim de promover limpeza, compulsória. A Revolta popular promoveu um intenso quebra-quebra na cidade.



FIGURA 6 – Revista *O Malho*, 29/10/1904.

Fonte: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=3567>

(Me ocorre aqui outra coincidência – as voltas e as reiterações do discurso e da história: na gênese da Revolta da Vacina estava uma reação legítima da população pobre contra a imposição do governo que foi potencializada e direcionada por forças políticas a ele contrárias, alcançando uma dimensão muito maior do que teria sem esse direcionamento. Ou seja, a passagem de ônibus subiu...)

A euforia provocada pelas mudanças urbanísticas era acompanhada, como se vê, pela emergência das tensões de um país que precisava se reinventar após o desaparecimento do sistema escravocrata.

No slogan “O Rio civiliza-se” a ênclise fala a civilização que se deseja. Preciso apenas de sua boa-vontade, leitor, para chamar a atenção para a particularidade da construção, pois o enredo histórico-gramatical é cheio de nuances. Antes de tudo, a língua brasileira é proclítica. É esta construção que nos diz e que nos fala ao coração. Também era a próclise que falava ao português clássico, em construções com sujeito e verbo, como mais de um estudo já demonstrou, embora a ênclise não fosse estranha a ele, especialmente quando o verbo se achava em começo absoluto de sentença. Neste momento, uma pequena digressão se impõe: nos meandros do funcionamento da gramática da língua é que falarão depois os sentidos políticos que me atormentam e que tento fazer falar ao meu leitor. É fascinante como por vezes é necessária esta necropsia nos órgãos internos da língua, nas suas entranhas, pois é em pedaços específicos de sua carne, que se aninharão essas vozes políticas revirando o corpo que grita de dor e de medo.

As ênclises profundas do português europeu atual, nas construções com sujeito e verbo, são fenômenos relativamente recentes, tendo-se implementado a partir do século XVIII. Os brasileiros escolarizados vão ser arrastados por esta vaga enclítica, na segunda metade do século XIX, o que

criou uma clivagem sobressalente na nossa relação com a língua: seguissemos os clássicos e estaríamos confortáveis em um conjunto grande de construções (outras continuariam a nos perturbar, como os tais começos absolutos de sentença). Mas não, pulamos na vaga enclítica, com nossas pranchas de isopor frágeis e pouco letradas.

O resultado foi que, num dado momento, não se sabia mais o que era certo. Foi assim que Alencar foi acusado de não escrever corretamente. Posso parecer exagerado, mas foi mesmo assim. Uma crise normativa. Já argumentei em outro texto que o sintoma maior desta crise normativa terá sido a polêmica em torno do Código Civil, contemporânea do processo de reurbanização do prefeito Pereira Passos. A historinha é conhecida: durante o governo Campos Salles, a Câmara aprova o projeto de Código Civil, objeto de uma rápida revisão gramatical do professor Carneiro Ribeiro. Rui Barbosa, presidente da Comissão de Justiça do Senado, detona o projeto da Câmara, refazendo e criticando a língua em que se verteram seus artigos. A polêmica linguística ganha os jornais e revistas da época. Um assombro!

Pois bem, José Veríssimo, a propósito escreve:

Nós (parece-me escusado declarar que neste plural, sem afetação de modéstia, me incluo também) não sabemos a nossa língua. Este fato, não desconhecido dos que se ocupam da vida espiritual brasileira, que ainda os menos sabedores, como eu, tinham a cada passo ensejo de verificar, acaba o sr. Rui Barbosa, com a sua alta competência, de pôr de manifesto no seu luminoso parecer sobre o aspecto ver-náculo do projeto do nosso futuro Código Civil. (VERÍSSIMO, 1969, p. 106, apud PAGOTTO, 2011, p.123)

Não se sabia mais o que era certo ou errado em matéria de língua. E quem não sabia não eram os 70% de analfabetos, eram os letrados que se refestelavam em ênclises e mesóclises, vibrando das mesas das confeitarias enquanto o casario antigo era derrubado e avenidas limpas se abriam. E justamente a colocação pronominal será um dos temas quentes da polêmica linguística que se instala, envolvendo especialmente Rui Barbosa e o professor Ernesto Carneiro Ribeiro. No caso da colocação pronominal, a barafunda é enorme, pois os próprios contendores praticavam no passado construções que passam a recriminar. Lanço ainda mão do cronista para datar a incerteza:

(...) se, com a do café, a do câmbio, e quejandas há uma questão nacional no Brasil, é esta da colocação dos pronomes oblíquos. Tal colocação entrou a ser aqui a pedra de toque do escritor correto, o que é talvez um disparate porque a forma normal, necessária e, portanto, legítima de colocar êsses pronomes no Brasil é justamente essa que os nossos gramáticos, de 20 anos para cá, entraram a condenar. (VERÍSSIMO, 1969, p. 117, apud Pagotto, 2011, p.132)

A República civilizatória, que exterminará a febre amarela e Canudos, que lançará aviões sobre os caboclos no Contestado e brilhará nas cortes internacionais, que organizará o carnaval, enlouquece nos torneios sintáticos da belle époque, que se incrustarão para sempre o hino nacional e na colocação pronominal pavoneada nos artigos de jornal, na Constituição e no Código Civil, nas falas afetadas dos cafés-concerto e no slogan das mudanças urbanísticas “O Rio civiliza-se!” – em ênclise.

A República precisa pôr ordem na língua. Na ortografia, na fonologia, na gramática, no léxico... Mas é uma ordem que se estabelece na clivagem, no apartamento, na circunscrição: de que ordem és tu que vens assim querer entrar na ordem que proclamo no círculo azulado da bandeira? Não é à toa que o hino nacional tem a sintaxe que tem.

A posição dos clíticos, a partir da crise normativa, ficará inscrita de um modo muito especial na memória da língua. Esse efeito pré-construído até hoje opera sobre nossas práticas languageiras: quantas e quantas vezes sapecamos uma ênclise ou uma mesóclise, em construções que o próprio padrão idealizado as condena com veemência? Para além daquilo que poderíamos chamar de hiper-correção – efeito ela própria da nossa distância da língua de que precisamos desesperadamente nos apropriar, sem conseguir – há um outro funcionamento, que é aquele que decorre de a dimensão política ter cravado para sempre suas unhas nas construções da língua, e, de tempos em tempos, certas condições de produção deixam mais translúcidos os rasgos que o cinzel erudito aí riscou. É um sintoma. E não é gratuito que envolva ordem de palavras. Ordenar, reordenar as palavras produziu uma sorte grande de sentidos políticos entre nós: o saber pensar, o ser erudito, o falar difícil, o dominar a sutileza dos sentidos. Já a colocação pronominal é o tipo de construção em que a ordem das palavras – no plano da língua, em geral um efeito do estilo, do sentido, de regras sutis de funcionamento do significado – se deve reger por princípios cujo conhecimento demanda uma imersão em filigranas formais da gramática, quando não decorrem do funcionamento natural da língua, como é o nosso caso. Se tornam assim uma impossibilidade para o falante que não seja absolutamente tomado pelo desejo de pertencer a este mundo em que a língua de si se anula, em favor da língua do outro, superior e detentor dos destinos da nação.

O modo como esta sorte de sentidos incrustada na língua se manifestará em momentos históricos específicos não é unívoco. Tudo dependerá da maneira como é acionada, trazida à cena dos enunciados, funcionando numa relação dialética com os discursos que a mobilizam (como, aliás, é o caso sempre). Isso implica tomar precaução com a interpretação “sociolinguística” das construções, pois a contradição é senhora dos sentidos da nossa relação com a língua.

3. A desordem botando ordem

Depois d' O Rio civilisa-se, da crise com os pronomes no Código Civil, a colocação pronominal vai ressurgir com Jânio Quadros, nos anos 1960. Jânio Quadros pode nos ajudar a entender algumas coisas no jogo com a língua entre 2013 e 2020. Como se sabe, a presidência de Jânio Quadros está na raiz de um conjunto de eventos que redundarão no golpe de 1964 e a consequente implantação da ditadura que terminará em 1985. Foi um populista conservador de carreira meteórica que, tendo alcançado a presidência da República, a ela renunciou, aparentemente para tentar um autogolpe que não deu certo. Tendo montado sua campanha no discurso anticorrupção, colocando-se como um *outsider* dos grandes partidos, faz uma presidência errática que, como se sabe, se caracterizou por

medidas meio esdrúxulas concernentes ao banho de mar e às rinhas de galo. A crise que sua saída provocou foi imensa. Sobre ela teria dito, quando perguntado sobre as razões da renúncia:

- Fi-lo, porque qui-lo.

Aparentemente a história é outra, segundo nos conta o jornalista Sebastião Nery (cf. Nery, 2019). Mas a versão verdadeira não corresponde à verdade que fica. O enunciado funciona como fato pelos mecanismos que ele aciona. É fato que o presidente Jânio Quadros esgrimia ênclises e mesóclises em profusão, em frases rebuscadas que fizeram a delícia da crônica política – antes do trauma e da enorme turbulência que sua renúncia causou, ou após as dores serem postas de lado, quando o regime se fez outro.

E lá ia Jânio Quadros, o populista que varreria a corrupção, cometendo frases deliciosamente jocosas para os votantes bem educados. Quantos efeitos de sentido se extraem delas, se riso provocam – não é de desdém nem é de sarcasmo! O terno coberto de caspas, a frase em gramática escorregada e a ironia patriarcal grosseira das ruas:

Também candidato, Adhemar paga um repórter para que vá à entrevista coletiva de Jânio, pedindo ao jornalista que faça uma única pergunta:

– O senhor sabe que a família interiorana é moralista e conservadora. Gostaria de lhe perguntar: por que o senhor bebe?

A resposta veio bem ao estilo de Jânio:

– Bebo porque é líquido. Se fosse sólido, comê-lo-ia.

(SILVA, 2018)

Mas ninguém é um só, e em política partidária tudo é cálculo. Como já fizera fama pelo ordenamento da frase, é provocado e responde como se conversasse conosco aqui:

Em outra ocasião, o humorista Leon Eliachar lhe pergunta:

– Se eleito, colocará os pronomes nos seus devidos lugares?

Sua resposta:

– Os pronomes não aguardam a minha eleição para que se coloquem nos seus lugares. Estão sempre neles. A boêmia dos verbos é que mutila a boa ordem das frases. Há que lhes perdoar. Não se desgrudam da ideia de movimento.

(SILVA, 2018)

Sabe o que faz, joga com a própria fama etílica, e é capaz de elaborar poeticamente a dança das palavras na frase. Os clíticos pronominais, cuja colocação tanta dor de cabeça dera aos formuladores da República, agora restam submissos ao malabarista habilidoso, a serviço do apelo populista eleito-reiro mais raso e comprometedor.

Pois assim, mais uma vez é sintoma a colocação pronominal. As ênclises e mesóclises, desde as primeiras acusações que se fizeram a José de Alencar, no século XIX, passando pela crise normativa em meio a qual a República se estabelece, foram inscritas para sempre do dilema civilizatório brasileiro; da sua desordem e da ordem almejada; da ignorância de seu povo e sua educação para chegar ao paraíso em que nos redimiremos do nosso passado amorfo de gritos da senzala, de pretos insolentes, de índios preguiçosos, de um povo sem vontade para ir além da baderna do carnaval (que se organiza em alas no desfile cronometrado – a disciplina rígida da ópera de rua a responder aos

reclames das autoridades e das redes de tv, transgredindo a lógica do dístico da bandeira e seus atos de fala implícitos: ordem e fantasia!).

Indo mais longe e já fazendo o caminho de volta: não foi o presidente Temer que se usou da mesóclise para fustigar cinicamente governos populares. Foi a mesóclise que se usou do Temer para recolocar as coisas nos seus lugares devidos e pagos. Com Temer, no simulacro sociolinguístico de sua fala, temos a retomada do processo civilizatório da primeira república (o fingimento do processo civilizatório): a rejeição dos avanços sociais, que ocasionariam a reconfiguração social colocando em cena, como atores relevantes do processo econômico e social, a massa ignara, os neo-bestializados (J.M. de Carvalho que me permita o neologismo), que é preciso fazer recuar aos cercados de onde saem, como zumbis, para as faxinas, os fazer almoços e carregar tijolos, que a urbanidade exige para o bem existir civilizado, mas que os quer bem longe a pelo menos duas horas de ônibus, ou perto, mas a uma altitude que não permita aproximação de janelas. O Brasil civiliza-se. Civilizar-se-ia mais se mais mesoclíticos fôssemos. Se fôssemos capazes de superar esse pré-construído morfossintático que assombra nossa identidade pela língua. O slogan do governo, seu logotipo e as mesóclises são todos faces diferentes de um mesmo dizer. A ordem das palavras na frase, a ordem social restabelecida.

Todo esse jogo mostra o quanto o funcionamento sociolinguístico está necessariamente permeado da dimensão histórica e da dimensão política, servindo a atos sociolinguísticos de fala que, muitas vezes pelo uso de uma única construção, marcarão sujeitos constituídos na arena política, reforçando a persuasão, reiterando formações discursivas específicas, conforme o modo como as formas linguísticas – muitas vezes as mesmas – são acionadas.

Mas os acontecimentos – policiais, jurídicos, políticos – atropelaram o simulacro com outros simulacros. Com todo o risco que representa a tentativa de produzir interpretações do presente, não podemos sair desse mergulho sem também mergulhar na vertigem do presente. Enquanto escrevo essas notas, o combate à pandemia patina, o jogo político-partidário-judicial urde as suas tramas e me é quase impossível conservar a sanidade para terminar essas notas. Aquele momento da mesóclise, do sonho de valsa azulado, já parece tão longe... Se me parece tão claro o acionamento da memória política na construção mesoclítica, em consonância com uma ordem superior a que se apela, contra a ordem de origem popular que antes se interpunha, como se dá, em seguida, o apelo à ordem? O que se demanda da ordem da língua, no apelo que se faz na nova ordem instituída? Longe de mim tentar compreender completamente.

O populismo político, desde a antiguidade, se usa de formas presentes nos dialetos populares para obter aproximação com a plebe. Jânio Quadros cultivou signos populistas, mas resguardou a língua imaginária. Lula, se não parecia enfatizar de propósito seus traços dialetais de origem, também não os disfarçava, e mesclava os enunciados com léxico apropriado ao mundo letrado. Temer, como vimos, tentou emplacar um governo ordeiro e ordenador, com o exercício de uma língua de máximo respeito à sintaxe de concordância e construção.

O caso de Bolsonaro é singular, porque articula a posição política ultraconservadora a um sistema de formas linguísticas que quer soar ultrapopular. O slogan do governo: “Pátria Amada Brasil”, com seu eco ao hino nacional, juntamente com o logotipo em que a bandeira é de novo a fonte,

aponta a opção por valores conservadores, no plano dos comportamentos e da relação com o Estado, e não é preciso alongar muito a conversa:



FIGURA 7 – Logotipo adotado pelo governo Jair Bolsonaro

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/01/marca-da-gestao-bolsonaro-e-antiga-mal-estruturada-e-usa-fonte-gratis-do-google.shtml>

Há um claro apelo à ordem. Ordem unida das marchas ao som de marchas; canto uníssono do hino; manutenção da ordenação social em prol da pátria como valor suprassocial. Nada de novo sob o sol conservador. No plano da língua, no entanto: balbúrdia, desordem. Sintaxe desconexa, calão indizível para crianças na sala em horário nobre, concordâncias estropiadas, ortografia vilipendiada, fonologia incapaz de lidar com proparoxítonos e sílabas pesadas em posição átona final ou polissílabos cujas pretônicas é preciso escandir em mais de um troqueu (até hoje acho – e me permita o leitor esta hipótese performaticopsicolinguística – que, na fatídica reunião ministerial de 22 de abril de 2020, terá sido apenas por pura inépcia fonológica que o presidente não proferiu a expressão *superintendência da polícia federal* (do Rio de Janeiro), que poderia tê-lo embaraçado mais nas acusações de interferência nas instituições da justiça, ora em curso).

Há um uso muito eficaz das formas linguísticas não padrão: por meio do emprego de formas linguísticas populares, promove-se a rejeição da intelectualidade por sua suposta associação às posições mais à esquerda do espectro político. Assim, enquanto em políticos como Lula, o apelo a formas populares parece ter o condão de realçar a imagem do trabalhador-que-é-capaz-de-falar-de-igual-para-igual-com-intelectuais-progressistas, em Bolsonaro o apelo a formas populares contém a rejeição à posição progressista intelectual, que seduz e corrompe o trabalhador, o homem comum, com sua pregação anticristã, antipatriótica, antifamiliar. Contraditoriamente, o apelo a formas populares é, fundamentalmente, neste caso, conservador. Como é engenhosa a apropriação do jogo sociolinguístico pela política partidária!

Em Bolsonaro, o processo civilizador é tomado como o construto progressista de esquerda que é preciso eliminar (reproduzo de propósito as reduções conceituais, para evitar paráfrases mais extensas). As formas precisas, o distanciamento lexical, a frase sopesada por suas eventuais ofensas identitárias são rejeitadas, porque corresponderiam aos avanços da esquerda destruidora de lares e de valores. É muito interessante como o moralismo conservador se associa ao primitivismo linguístico, à algaravia de formas que emergem das conversas de boteco mais torpes. Aí, não cabe a mesóclise, não cabem os erres vibrantes alveolares do presidente Temer, as marcas de concordâncias monocordicamente redundantes, como babados nas camisas, que estão no mundo apenas para vestir o corpo e não pra farfalhar ao vento. No belo, mora a contradição: o projeto conservador manda um foda-se à língua e seus maneirismos de quem pensa demais no que vai falar e só quer confundir nossa alma pura. A alma pura precisa de uma língua pura em seu primitivismo – não depurada como tanto desejaram nossos puristas mais radicais – uma língua que não desvirtue de seu caminho a pátria, com suas concordâncias e regências e léxicos carregados de significados sutis e sociais. Estas estão reservadas para o demônio da racionalidade, que maldosamente insiste em dissimular como do bem comum e da igualdade a estrada que nos conduzirá a subterrâneos bestiais e pervertidos.

Como é tristemente instigante a contradição!

Tudo isto bota a boa gente sociolinguística a pensar: deve-se defender os integrantes do governo conservador dos ataques – de resto conservadores – pelas formas incultas que estes usam? Por que não defender o presidente da chacota que circula nas hostes intelectuais progressistas por sua sintaxe claudicante, seu texto incompreensível, sua fonologia imperfeita, sua concordância esdrúxula? Não estou para provocar hordas virtuais de qualquer espécie. Flui por mim a contradição dos valores. A posição conservadora vem por fim defendida pela adesão a uma língua não conservadora, caótica, desordenada. O apelo à ordem social sustentado pela desordem linguística.

4. Meu pequeno livro do desassossego sociolinguístico

Reinventamos será as relações sociolinguísticas? Nosso tempo, vassalo de tantas torpezas na crista da onda de progressos tecnológicos inimagináveis para essas mesmas torpezas, delas fazendo uso ainda mais torpe, pela capacidade de fazê-las se infiltrarem na mais ínfima brecha da crosta social, nosso tempo será o tempo em que o mal transforma o bom em arma indefensável da vilania opressora?

Se são trocados os sinais com que o farol sociolinguístico iluminava a plebe rude a converter, como navegar no mar de metáforas cansadas e previsíveis da pregação sociolinguística, se o bem é mau, se o mal é bom, se a ordem cala e a desordem fala mais aos puros de coração ignorante?

Fora da memória não há significado social das formas linguísticas, não há variação linguística, não há identidades indiciárias que se marcam incendiárias, não há *burnouts* adolescentes que se digam nas periferias. E não há memória fora da política. E esta rasura as formas linguísticas, não

apenas os fones, morfes, lexias, mas mesmo aquelas mais abstratas na dança da cadeira dos movimentos sintáticos.

A um instante sou este; a outro, já aqueloutro. Fluido como pavio de vela, transformado em luz bruxuleante, ar quente e carvão minúsculo; criatura das cavernas e das brisas, dos mangues e das marés, da carne em contato com lâmina, das flores podadas no vaso. Mar de memórias que me envolvem e me sufocam, porção de arroz na panela imensa do tempo e da história, incapaz de dizer por si, na ilusão de falar por mim.

Agradecimento

Agradeço imensamente a Lara R. da Silva pelos comentários à primeira versão deste texto. Os equívocos seguem por minha conta.

Agradeço também aos pareceristas Gian Luigi De Rosa e Phellipe Marcel da Silva Esteves pela leitura afetuosa e a precisão dos reparos sugeridos com generosidade. Andamos precisando.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república o Brasil*. Companhia das Letras, 1990.

NERY, Sebastião. A verdadeira história de Jânio Quadros e seu “Fi-lo, porque qui-lo”. Disponível em: <<http://www.tribunadainternet.com.br/a-verdadeira-historia-de-janio-quadros-e-seu-famoso-fi-lo-porque-qui-lo/>>. Acesso em: 15/10/2020.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Rui Barbosa e a crise normativa brasileira. In CALLOU, D. e BARBOSA, A. *A Norma brasileira em construção: Cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899)*. Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 2011.

SILVA, Deonísio da. O português de Jânio Quadros. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/o-portugues-de-janio-quadros/>>. Acesso em: em 15/10/2020.

VERÍSSIMO, José. Briga de Gramáticos. In: *Obras completas de Rui Barbosa , 1902 Anexos à Réplica*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, volume XXIX, TOMO IV, 1969.

VERÍSSIMO, José. Uma lição de Português. In: *Obras completas de Rui Barbosa , 1902 Anexos à Réplica*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, volume XXIX, TOMO IV, 1969.